

## A Animação e as Escolas Superiores de Educação

RICARDO MARTÍNEZ

ricardo.martinez@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

### Resumo

O texto fala-nos dos efeitos decorrentes da Globalização nas sociedades complexas actuais, nomeadamente na perspectiva mais economicista, e na inevitável instabilidade emocional que os mesmos causaram nas populações, nomeadamente nos mais jovens, vítimas de processos socializadores mais fragilizados e menos adequados às bruscas alterações sociais, aumentando objectivamente os comportamentos sociais menos adequados e o risco de exclusão social.

Neste contexto, as escolas passaram a reconhecer o papel da ASC no processo de ajuda e enquadramento dos alunos menos motivados e com processos de socialização frágeis, através da especificidade da Animação Sócio-Educativa, tentando evitar o insucesso e o abandono escolares e, conseqüentemente, a vivência prematura de situações de exclusão social.

É neste âmbito que a Animação Sociocultural (ASC) aparece como recurso de reforço das relações sociais, empregando métodos e técnicas específicos, intimamente ligados à cultura, ao desenvolvimento e à cidadania, intervindo num contexto aparentemente lúdico e recreativo e por isso mais apelativo e motivador.

Pelo que foi dito e pelo papel da ASC na Educação para a Cidadania, motivando e consciencializando as comunidades para a resolução dos seus problemas, através

da educação não-formal e informal, bem como no papel crescente na mediação e redução de conflitos na escola, tem toda a pertinência que a formação a nível superior dos seus profissionais seja assegurada pelas Escolas Superiores de Educação.

### Palavras-chave:

Globalização, socialização, aculturação, educação não-formal e informal, especificidade da ASC na intervenção social, desenvolvimento social e comunitário, exercício da cidadania, novos desafios da educação e da ASC

### **Résumé**

Le texte discute les effets de la Globalisation dans les sociétés contemporaines d'un point de vue plus économique, considérant aussi l'instabilité émotionnelle que ces effets provoquent chez les populations et en particulier chez les jeunes.

Dans ce contexte, les écoles ont commencé à reconnaître le rôle de l' Animation Socioculturelle (ASC) dans le processus de soutien des jeunes et dans le cadrage des élèves moins motivés. En prévenant l'échec et l'abandon scolaires qui peuvent avoir comme conséquence l'exclusion sociale prématuré.

C'est dans ce cadre que l' ASC apparaît comme ressource du renforcement des rapports sociaux, en utilisant des méthodes et des techniques spécifiques, liés à la

culture, au développement et à la citoyenneté, intervenant dans un contexte ludique et récréatif devenant, ainsi, plus appellatif et motivant. En tenant compte ce qu'on vient de dire et aussi le rôle de l'ASC dans l' Education pour la Citoyenneté, nous considérons très pertinent que la formation de niveau supérieure de ces professionnels soit assurée et certifiée par les Écoles Supérieures d'Education.

### **Mots Clés:**

Globalisation. Socialisation. Éducation non formelle et informelle. Développement social et. Communautaire. Citoyenneté

## **Introdução**

As vertiginosas alterações económicas e sociais das últimas décadas têm vindo a provocar alterações significativas não só na constituição do tecido social como no funcionamento e nas práticas das diversas comunidades.

A Globalização, com os seus efeitos directos e indirectos nas sociedades de todo o planeta, alterou profundamente as suas economias mas também os seus valores e, conseqüentemente, os seus comportamentos sociais.

O objectivo de pura competitividade, de lucro rápido, de consumo imediato, acabou por alterar a forma como os cidadãos, de praticamente qualquer ponto do planeta, passaram a olhar para os seus problemas, e aqui não só os dos países industrialmente desenvolvidos mas os das mais simples e isoladas regiões da terra.

Estas alterações, bruscas relativamente à capacidade de adaptação das comunidades em geral e dos seus indivíduos em particular, propiciaram e/ou forçaram a entrada em força das mulheres no mercado de trabalho, inicialmente apenas nos processos produtivos, mais tarde já ao nível da gestão, fazendo com que os seus pressupostos deixassem de ser prioritariamente os de procriação mas passassem tam-

bém a ser os de afirmação pessoal, profissional e humana.

Contudo, este direito não foi acompanhado de “medidas protectoras”, pelo que a mulher simultaneamente passou a adquirir maior “liberdade” de escolha, maior independência política e económica mas também uma maior sobrecarga das suas tarefas, visto que passou a acumular as tarefas tradicionais no lar com as derivadas do seu novo papel social.

Esta situação de sobrecarga da mulher acompanhada de uma nova visão do mundo mais economicista e consumista, mais “igualitária” de direitos e mais esclarecida e preocupada com o futuro profissional dos filhos, acabou por condicionar não só a forma da família, a sua constituição, como a sua atitude perante a sociedade.

Casamentos mais tardios, com conseqüente permanência dos filhos(as) em casa dos progenitores, idade para procriação mais avançada e menor número de filhos, levou inevitavelmente ao envelhecimento rápido das populações dos países economicamente mais e medianamente desenvolvidos, como é o caso do nosso país.

Estas e muitas outras alterações em poucas décadas alteraram os padrões de vida das comunidades e o funcionamento económico e social das mesmas, não tendo o sistema educativo ficado alheado de

tais mudanças.

No caso concreto do Sistema Educativo, e particularmente das Escolas Superiores de Educação, estas viram-se em pouco tempo limitadas nas suas funções mais “clássicas” de formação de professores, desde que substituíram os Magistérios Primários e algumas escolas de Educadoras de Infância, visto que o número de professores formados e necessários passou progressiva e rapidamente a ser suficiente, ao contrário da fase de democratização do ensino dos anos 70, nomeadamente quando da reforma Veiga Simão e nos anos pós 25 de Abril.

Com a formação pedagógica dos professores assegurada, as ESE's tiveram de se virar nos últimos para áreas que até então lhe tinham fugido à atenção, como foi a da “Animação”.

### **1. Do conceito aos campos de intervenção e às metodologias da Animação Sociocultural (ASC)**

Apesar de em países europeus tradicionalmente ligados à área da Animação, como Espanha e França, a formação de grau superior se manter incorporada em cursos de pós-graduação de universidades relacionadas ao social, ou em Institutos Tecnológicos dependentes das Universidades, respectivamente, tem todo o sentido que em Por-

tugal, onde esta área é mais recente, tenha passado para a responsabilidade das Escolas Superiores de Educação, ao nível de cursos de licenciatura, como é reconhecido por técnicos conceituados dos países atrás referidos.

No caso da ESE de Setúbal, a designação adoptada do curso para “Animação e Intervenção Sociocultural”, tem a perspectiva clara de passar a ideia de abertura do mesmo sobre duas áreas de trabalho diferentes mas complementares: a “Animação Sociocultural” e a “Intervenção Sociocultural”.

Mas antes de reflectirmos sobre esta opção, convém que abordemos os conceitos que estão subjacentes a estas duas áreas de trabalho.

Quanto à primeira, existiu e existe uma ampla controvérsia sobre este conceito, o que se deve ao facto do mesmo ser um termo composto, de sócio/social e de cultura / cultural, que por si só não são menos complexos e abrangentes.

Sem querer entrar em grandes pormenores, não poderei deixar de referir que o conceito de sociedade sendo bastante abrangente não levanta tantas polémicas como o de cultura. Como refere Trilla (2004: 14), citando Mosterín, (1993: 11), “...*existem poucos conceitos mais ricos e cheios de matizes e de acepções que o de cultura;*

---

*poucos conceitos existem também que atravessem tantas disciplinas e ciências (antropologia cultural, biologia, etologia, sociologia, psicologia, filosofia, história, pedagogia, etc*”. Por tudo isto, o conceito de “Animação Sociocultural” tão-pouco poderia ser simples, objectivo ou consensual.

A questão não se levanta apenas no uso do termo restrito de “Animação” mas da utilização do termo composto “Animação Sociocultural” que assume toda uma riqueza e complexidade que obviamente proporciona a reflexão, o debate e a diversidade de opiniões.

É a complexidade deste termo composto que de certa forma tem arrastado para uma certa ambiguidade o estatuto do profissional de animação, levando por vezes, teóricos e técnicos, quase ao desânimo e à frustração.

Nada disto aconteceria se nos cingíssemos ao conceito mais simples de animação. Para tal, bastaria pegar num qualquer dicionário de língua e encontrar uma definição aproximada como a de “animar” (infundir a alma, infundir valor, comunicar alegria e movimento, dar ânimo).

Neste contexto, o termo “animação” perder-se-ia nas origens do tempo, pois *“como manifestação do processo de socialização e acul-*

*turação, sempre existiu, emergindo da necessidade humana em se representar e auto-recriar* (Lopes, 2008: 45).

Existem por isso autores que partilham a ideia de que neste sentido estrito, o conceito de animação não fugiria aquilo que é essencialmente humano, a comunicação, a partilha colectiva, decorrente da socialização dos indivíduos, praticamente inato, considerando a vida em sociedade, sendo algo de tão geral, difuso, diverso, que dificilmente se poderia precisar um campo de actuação.

Por este motivo, outros preferem *“falar de “dinamização sociocultural”, pois parece que em animação se parte do zero, enquanto em dinamização se trata de acelerar ou catalisar algo que já existe ou é incipiente”* numa dada comunidade (Trilla, 2004: 18).

Assim, ao centrarmo-nos no conceito de “Animação Sociocultural” (ASC) (no sentido de dinamização), o mesmo já nos remete para um conjunto de acções, com dimensões social, cultural e educativa, que têm por objectivo dinamizar programas de desenvolvimento / auto-desenvolvimento junto / com populações.

Como referem Américo Nunes e Marcelino Sousa (in Peres, 2007: 21), a *“ASC assume-se numa perspectiva praxiológica, transformando a passividade, a resignação e o fatalismo do viver humano*

*em participação, autonomia e emancipação. A Animação é, pois, entendida como uma estratégia para o desenvolvimento pessoal e comunitário”.*

Neste mesmo sentido também a própria UNESCO em 1977 definiu como ASC o “conjunto de práticas sociais que visam estimular a iniciativa e a participação das populações no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida socio-política em que estão integradas” (in Lopes, 2008: 95).

Assim, sobre este prisma não existem grandes divergências de opinião, visto que é praticamente consensual e comum reconhecer que se trata de “um método pedagógico visando a plena participação dos indivíduos na criação social e cultural, movimento social de emancipação ligado à “civilização dos tempos livres”, sistema organizado com profissionais e suas instituições” (Gillet, 1995).

Posto isto, e como referi, sem entrar em campos demasiado específicos do conceito de cultura e das classificações dos contextos em que o mesmo se embrenha (cultura oficial dominante, cultura de massas, cultura popular ou mesmo contra-cultura), teremos que reconhecer que a ASC tem sido mais identificada e melhor caracterizada pelo campo onde intervém, como intervém e com quem intervém, ou seja

pelos seus finalidades e processos, do que pela análise dos conceitos ou terminologias que estão subjacentes à sua designação.

Assim, poderemos melhor compreender o sentido da ASC, em que consiste, quando concretamente temos em conta:

1. A sua *acção, intervenção, actuação...* ou seja, o que fazem os seus agentes (animadores);
2. A sua *actividade ou prática social...* não só o que promovem os seus agentes, como o que este promove: uma actividade ou uma prática social desenvolvida conjuntamente com os seus destinatários;
3. O seu *Método*, a sua maneira de fazer, as técnicas, os meios, os recursos ou instrumentos que utiliza na sua intervenção na comunidade;
4. Que intervenção é um *Processo*, reconhecendo a sua dimensão dinâmica, construtivista, interactiva. Isto é, não se ficando pelo que faz o agente (animador) nem em actividades determinadas mas numa espécie de sucessão evolutiva ou progressiva de acontecimentos;
5. Que a intervenção pressupõe um *Programa*, um *Projecto...*

obrigando necessariamente à reflexão, à elaboração de um desenho, de uma planificação de actividades, articulando processos, acções, actores...

6. A sua Função Social, tarefa crucial para a coesão e identidade da comunidade, da sociedade...
7. Que se assume como factor de desenvolvimento, pois o seu carácter operativo gera, produz, dá lugar, causa, motiva processos e consequentes resultados visíveis na comunidade.

Praticamente também com o mesmo sentido, Héctor M. Pose (in Peres e al., 2007: 29 e 30) refere que: “*As pretensões da ASC como credenciais que a facultam como metodologia de acção-intervenção para o desenvolvimento global de um território, como alternativa possível, viável e de aplicação paralela a outras técnicas e formas de desenvolver um trabalho de acção cultural na e para a cidade, podem ser enumeradas se examinarmos as reflexões de vários autores* (Ander-Egg, 1989; Úcar, 1992; Calvo, 2002):

- *Inclui uma intenção comunicadora, um intangível que emerge com a vontade de se materializar em projectos.*
- *Propõe metodologias baseadas na implicação a partir da pluralidade de interesses e de problemáticas da cidade e dos*

*cidadãos.*

- *Desenvolve uma acção reflexiva, particularizada pelos seus intervenientes, que a sustêm e dão prioridade na sua prática.*
- *Tem como meta favorecer uma participação real e implicada da população no desenho e nas decisões, na execução e na avaliação dos projectos desenvolvidos.*
- *Promove uma consciência social e crítica.*
- *Facilita a gestão do conflito social.*
- *Activa programas e serviços plurais como instrumento, não como fim.*
- *Promove valores de solidariedade, de tolerância e de respeito para com uma cidadania comprometida como meio, desde uma ética da participação.*
- *Tenta que novas formas de organização social ocupem o seu lugar na actual sociedade, optando por tudo o que signifique vizinhança e procura de uma sociabilidade em vias de extinção, especialmente nas cidades.*
- *Trabalha para suscitar uma convivência inclusiva, solidária.*
- *Propõe a estruturação dos movimentos sociais dinâmicos nas suas diferentes modalidades: fundações, associações,*

*entidades, instituições e, inclusive, grupos informais empreendedores.*

- *Pretende uma cultura viva, comprometida, arriscada, pluralista, comunitária e aberta”*

Para este autor, “*É, efectivamente, uma ambiciosa listagem de grandes objectivos que, na sua concretização em programas, iniciativas, serviços e actividades desde as políticas culturais e educativas dos municípios*”, faz com que a ASC adquira pleno sentido, como defendem Caride e Meira (in Peres e al, 2007: 30) e veja multiplicadas as suas metas, mas também os seus desafios e inconvenientes.

Por tudo isto, se poderá compreender e inferir que numa sociedade complexa o campo de acção, a finalidade, da ASC terá de ser diversificada e simultaneamente complexa, podendo abranger objectivos tão vastos e genéricos como “*a transformação da sociedade*” ou a “*formação integral do indivíduo*” até propósitos tão radicais como “*autogestão social*”, passando por formulações tão concretas como “*dar a conhecer o folclore*”. (Trilla, 2004: 20).

## **2. A formação de Animadores nas ESE’s:**

### **2.1. Adequação, pertinência, condicionalismos e novos**

### **desafios**

O facto da ASC considerar os agentes (animadores) como elementos enquadradores, despoletadores das acções, e os seus destinatários como agentes progressivamente activos do conhecimento e das formas de actuação para a compreensão e resolução dos seus problemas e conseqüentemente da comunidade onde estão incluídos, leva-nos a concluir que na sua base de intervenção se encontram os ideais da “democracia” e o conceito de “educação para a cidadania”.

Pelo envolvimento da cultura, da instrução, da pedagogia participativa, da educação para a cidadania, pela ênfase sobre os aspectos pessoais e educativos dos indivíduos e das comunidades a que os mesmos pertencem nos objectivos e no contexto de trabalho da ASC, não poderia haver um melhor local para a formação de nível superior dos seus profissionais que nas Escolas Superiores de Educação.

Por outro lado, também quando reflectimos sobre o aparecimento da ASC, não só sobre a sua designação (originária dos países francófonos) mas também sobre a origem e evolução (fundamentalmente a partir dos anos 60), intimamente ligada às correntes de Educação Popular da Educação Nacional (França, 1945), de Educação Permanente, de Educação de Adultos e mais tarde de Educação e Pedago-

gia Social.

Isto é, apesar de inúmeras e diversificadas contribuições anteriores, parece não haver dúvidas de que, como refere J.C.Gillet (1995: 35), *“o campo de intervenção da animação e dos animadores se constitui nos anos 60 num contexto de urbanização acelerada, de desenvolvimento do consumo e dos tempos livres. O Estado (francês) multiplica as iniciativas sobre o plano dos equipamentos desportivos e culturais e, paralelamente, existe uma dinâmica real e visível dos actores que são os movimentos de juventude e da Educação Popular...”*.

Considerando todos estes factos, não poderíamos deixar de reconhecer pertinência da inclusão da formação dos profissionais da ASC nas Escolas Superiores de Educação.

Apesar da pertinência, por limitações compreensíveis do tema e de espaço não irei, por agora, aprofundar as questões da diversidade actual dos campos e dos desafios que se põem à ASC, que entretanto ultrapassou os mais reconhecidos e aceites, que iam da Educação Permanente e Comunitária à Educação Social e à Educação Informal e Não - Formal, na Animação Socioeducativa, vocacionada esta para

uma intervenção no sistema escolar, passando pela Pedagogia do Ócio e Educação nos Tempos Livres e Recreação até chegar ao mais recente, o da “Ciberanimação”.

Pelas mesmas razões, tão-pouco irei focar os aspectos, as tentativas e experiências que em Portugal, nomeadamente na 1ª República e com o 25 de Abril, contribuíram para o surgimento e auge da ASC.

Gostaria apenas de reforçar a ideia de que considerando os objectivos desde sempre da ASC, esta se assume hoje e novamente como fundamental na orientação, no acompanhamento, dos mais variados estratos sociais, nomeadamente dos mais desfavorecidos.

Num período em que a “gLocalização”, ou seja, os efeitos da globalização nas comunidades locais, ameaçam a identidade das mesmas, criando nos indivíduos que nelas existem um sentimento de perda, de abandono, de orfandade, ou quando os mesmos indivíduos são sujeitos a uma campanha permanente, sistemática, puramente lucrativa, levados a adoptar valores estranhos à sua comunidade, em que a preponderância do TER assume a do SER, e em que a posse de bens materiais, muitas vezes supérfluos, condiciona a adopção de modelos e comportamentos de vida racionais e saudáveis pondo em causa as relações de solidariedade da comunidade, parece-me pertinente a

intervenção da ASC e a adopção dos seus processos de trabalho e de envolvimento das populações.

Por este motivo, e voltando às duas áreas antes referidas do curso leccionado na ESE de Setúbal, considero que a ASC e a Intervenção Sociocultural, referindo-se esta última mais especificamente ao trabalho social na comunidade, se complementam ou até em certa medida se sobrepõem, nomeadamente quando os seus destinatários são populações socialmente em situação de risco de exclusão, não podendo nenhuma delas, separadamente ou numa visão global, prescindir de profissionais bem formados, técnica e humanamente, dotados de bom senso, capacidade de iniciativa e empatia com as comunidades.

E aqui se centra outro dos grandes problemas do desenvolvimento e eficácia da ASC no nosso país: será que as ESE's podem assumir o desafio de formar profissionais com tal perfil?

A verdade é que este não é um problema da ESE de Setúbal ou tão-pouco das ESE's em Portugal. Trata-se efectivamente de um problema que afecta as várias instituições de ensino superior por toda a Europa ou mesmo por todo o mundo.

Como refere Trilla (2004: 7) *“Um dos desafios mais difíceis e ao*

*mesmo tempo mais desafiantes que se deparam à formação académica e regulada de animadores socioculturais é a de como afrontar o encontro entre o dinamismo, a versatilidade, a flexibilidade, a abertura, a implicação e a “practicidade” que são consubstanciais à tarefa destes agentes, e as exigências próprias (por vezes, espartilhos) das estruturas académicas de formação.”*

Na verdade, afirma Pose referido por Peres (2007: 30), *“a desejável e frutífera convergência entre a teoria e a prática da ASC depara-se com dificuldades, nem sempre inerentes às metodologias próprias, mas como produto das variáveis do contexto onde se desenvolve maioritariamente”*

Isto é, trata-se não só de compreender e saber intervir em comunidades de difícil acesso, com problemas de exclusão declarada e assumida, de desconfiança para com o exterior, como de adaptação do “sistema escolar” à flexibilidade, à dinâmica social, à diversidade e riqueza social, ao ritmo e mutabilidade das comunidades e dos problemas com que se deparam, bem como ao perfil dos docentes que leccionam nos cursos criados.

As limitações actuais das ESE's e Universidades, nomeadamente orçamentais, não permitiram nem uma efectiva e atempada adapta-

ção e formação dos seus docentes, formados e experientes no campo da educação formal mas inexperientes no campo da ASC, para assumirem a docência num curso com características específicas como este, como impediram a entrada de profissionais experientes, nomeadamente de animadores de referência.

Estes factos tem condicionado por parte dos docentes e dos estudantes, a compreensão da necessidade de uma formação de profissionais altamente responsáveis e tecnicamente competentes, visto que os mesmos deverão saber “mexer-se” num campo altamente instável do ponto de vista emocional, maioritariamente desregado e conflituoso, onde o Saber SER, o saber ESTAR e o saber FAZER andam a par na intervenção quotidiana das “pessoas sem futuro”.

Por fim, também o desconhecimento das nuances do mercado de trabalho, da dimensão e especificidade das instituições potencialmente empregadoras de profissionais de ASC, de Animadores, tem favorecido a adopção desequilibrada de um modelo de formação maioritariamente virado para a teorização, para a elaboração de projectos, para a gestão de recursos humanos e muito menos para o Saber Fazer, para o Saber Envolver..., o saber Mediar.

Esta situação, em minha opinião, contraria não só a perspectiva de

mais-valia de um ensino “Politécnico”, de profissionais de terreno, como a perspectiva de uma acção efectiva e comprovadamente eficaz na comunidade, bem como dificulta o reconhecimento e a entrada de profissionais no mercado de trabalho específico e necessário da ASC.

Resta esperar que a compreensão da complexidade dos problemas sociais, nomeadamente os de exclusão e violência, pelos responsáveis, lhes permita adoptar medidas adequadas e atempadas, que terão necessariamente que passar pela renovação dos quadros docentes das ESE's, pela entrada nestas de profissionais com perfil de competências e saberes técnicos reconhecidos nos campos da ASC, pelo reconhecimento e valorização dos actuais docentes num quadro de formação específica e de articulação e trabalho concreto com a(s) comunidade(s).

Só assim, pragmaticamente, a ASC poderá desempenhar o seu papel na sociedade e as ESE's na formação superior dos profissionais desta área, para que estes contribuam, como afirma Jean Claude Gillet, (1995: 309) “*no jogo democrático no qual participam, numa visão de mudança que está na base da sua visão democrática*”...para que a animação possa assegurar um papel positivo, considerando-se uma

pedagogia onde se possa experimentar o reconhecimento do outro, a possibilidade de cada um, de mudança do indivíduo como das instituições, numa perspectiva educativa, que permita que cada um compreenda as situações em que vive, possa reagir contra as dificuldades insuportáveis que enfrenta e agir afirmando não só o seu lugar na relação social colectiva a criar, como a sua singularidade irredutível na mesma.

.

### Referências Bibliográficas

GILLET, Jean-Claude (1995). *Animation et Animateurs*. Paris: Colec. Technologie de l'action sociale. L'Harmattan.

LOPES, Marcelino de Sousa (2008). *Animação Sociocultural em Portugal*. Amarante: Intervenção.

PEREIRA, José Dantas Lima; VIEITES, Manuel Francisco; LOPES, Marcelino de Sousa (2008). *A Animação Sociocultural e os Desafios do Século XXI*. Amarante: Intervenção – Ass. Para a promoção e Divulgação Cultural.

PERES, Américo Nunes; LOPES, Marcelino Sousa (2007). *Animação Sociocultural – Novos Desafios*. Amarante: APAP.

TRILLA, Jaume. (2004) *Animación Sociocultural – teorías, programas y ámbitos*. Barcelona: Ariel Educación.

VENTOSA, Victor J. (2006). *Perspectivas actuales de la Animación Sociocultural*. Madrid: Colec. Cultura, tiempo libre y participación social. Nº 43. Editorial CCS.

### Nota biográfica:

Animador do FAOJ (1983 - 88) e do INATEL (2001).

Expert COREFA (Com. Reg. Formation à l'Animation). DEFA. Bordéus. França. 1985, 86.

Formador Convidado Ministère Jeunesse et Sports. Bordéus. França. 1985 – 87; 1990, 2008.

Ex-professor da Escola Psico-Social de Lisboa.

Formador de Animadores Socioculturais (EUROSUR – 1993 – 94)

Vice-Presidente Cons. Administrativo REAP (Reseau Européen des Animateurs Professionnels. Bruges. França. 1997 – 99.

Formador de Animadores para os Países da África Mediterrânica. Limoges. França. 2007

Coordenador do Curso de Licenciatura em Animação e Intervenção Sociocultural / IPS- Escola Superior de Educação de Setúbal (desde 2008).